



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

MARIA DE FÁTIMA DA SILVA

O TRABALHO DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLAR: AS
POSSIBILIDADES ESTABELECIDAS PELO CURSO DE PEDAGOGIA DO CAMPUS IV
- UFPB

MAMANGUAPE/PB
2025

MARIA DE FÁTIMA DA SILVA

**O TRABALHO DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLAR: AS
POSSIBILIDADES ESTABELECIDAS PELO CURSO DE PEDAGOGIA DO CAMPUS IV
- UFPB**

Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia, apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para a obtenção do título de graduação em Pedagogia.

Orientadora Prof^ª. Dr^ª. Sabrina Grisi Pinho de Alencar.

**MAMANGUAPE/PB
2025**

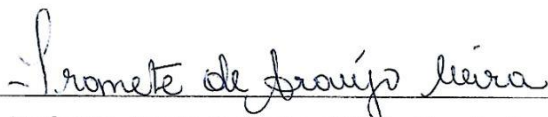
MARIA DE FÁTIMA DA SILVA

**O TRABALHO DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLAR: AS
POSSIBILIDADES ESTABELECIDAS PELO CURSO DE PEDAGOGIA DO
CAMPUS IV - UFPB**

Trabalho de Conclusão de Curso-Monografia, apresentado ao Curso de Pedagogia do Campus IV da UFPB. Como parte do requisito para a obtenção do título de graduação em Pedagogia.

Banca Examinadora

Profª. Dra. Sabrina Grisi Pinho de Alencar - UFPB - Orientadora



Profª. Dra. Iranete de Araújo - UFPB - Examinadora I



Profª. Dra. Laís Paula de Medeiros - Examinadora II

AGRADECIMENTOS

Como cristã, quero agradecer primeiramente à Deus por ter permitido chegar aqui e a minha Nossa Senhora de Fátima a quem sempre estava pedindo súplica.

Depois, quero agradecer ao meu melhor amigo e esposo que não me deixou desistir, pois sabe que este é um dos meus sonhos desde criança. Minha filha, que enriqueceu meu olhar de futura educadora. A minha mãe que se dispôs a ficar com minha filha enquanto eu cumpria as atividades acadêmicas.

Quero agradecer a minha amiga e comadre Mayara que me ouviu nos meus momentos de desespero e sei que estará do meu lado na apresentação desse árduo trabalho. A minha amiga Sheyla que me ajudou diversas vezes e de diversas maneiras ao longo desse caminho acadêmico.

E por fim, toda a minha gratidão à minha Orientadora Professora Sabrina, que teve toda paciência comigo e para com todos. Se dispôs a ouvir minhas inseguranças e me ajudou muito. Obrigada por ser tão compreensiva e pelo acolhimento.

RESUMO

Esta monografia apresenta como tema a atuação do(a) pedagogo(a) em espaços não escolares tendo como objetivo central analisar quais possibilidades que o curso de Pedagogia do Campus IV da UFPB oferta aos discentes referente a atuação em espaços não escolares. Buscamos apresentar um pouco da história da educação, bem como um breve histórico do curso de Pedagogia no Brasil, a fim de contextualizar a temática. Procuramos compreender a percepção individual do pedagogo, partindo do questionário a concepção do pedagogo referente a atuação em espaços não escolares após passar pela formação inicial que acontece na Universidade e uma possível formação continuada que se pode obter através de projetos de extensão oferecidos alusivo a espaços não escolares. Esse trabalho é de cunho qualitativo, cuja coleta de dados foi constituída através de um questionário destinado a todos/as os/as discentes do curso de Pedagogia do campus IV, com a finalidade de conhecer a percepção dos/as estudantes referente à temática, obteve apenas 10 respondentes. Através das respostas foi possível perceber que as demais possibilidades para atuação deveriam ser exposto nos primeiros períodos do curso, pois assim muitos dos/as educandos/as ao passar pelo processo de formação, já ficam cientes que não é apenas o caminho para a sala de aula, que o espera. Outras possibilidades para o/a pedagogo/a de atuação só são apresentadas para o referido público no 8º período com a disciplina Organização e Prática em Espaços Não Escolar. Demonstramos o histórico da educação desde a pré-história (Aranha, 2012), um pouco da história da educação no Brasil (Melo, 2012) e da formação do pedagogo no Brasil. Para mais, o trabalho apresenta uma discussão sobre um tema ainda complexo e polêmico que é a atuação do/a pedagogo/a em espaços não escolares, trazendo como seria bom a abertura do leque das possibilidades que o curso de Pedagogia pode oferecer.

Palavras-chave: Atuação em ambientes não escolares. Curso de pedagogia. Formação docente.

ABSTRACT

This monograph addresses the role of pedagogues in non-school settings. Its main objective is to analyze the opportunities offered by the Pedagogy program at UFPB Campus IV to students regarding work in non-school settings. We present a brief history of education and a brief history of the Pedagogy program in Brazil to contextualize the topic. We seek to understand the individual perceptions of pedagogues, based on a questionnaire regarding work in non-school settings after completing initial training at the University and possible continuing education that can be obtained through extension projects offered in non-school settings. This qualitative work was conducted through a questionnaire administered to all Pedagogy students at Campus IV to understand their perceptions of the topic. Only 10 respondents responded. Through the responses, it was clear that other possibilities for action should be presented in the early semesters of the course, as this way, many students, as they complete the training process, become aware that not only the classroom awaits them. Other possibilities for the pedagogue's work are only presented to this audience in the 8th semester with the subject "Organization and Practice in Non-School Spaces." We demonstrate the history of education since prehistory (Aranha, 2012), a brief history of education in Brazil (Melo, 2012), and the training of pedagogues in Brazil. Furthermore, the work presents a discussion on a still complex and controversial topic: the work of pedagogues in non-school settings, highlighting the benefits of expanding the range of possibilities that the Pedagogy program can offer.

Keywords: Work in non-school settings. Pedagogy program. Teacher training.

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1 – Respostas atribuídas à pergunta 1.....	30
Gráfico 2 – Respostas concedidas à pergunta 2.....	30
Quadro 1 – Respostas atribuídas à quarta questão.....	31
Quadro 2 – Perguntas de nº 5, 6 e 7.....	31
Quadro 3 – Respostas referentes a questões 5, 6 e 7.....	32
Gráfico 3 – Respostas conferidas à pergunta 8.....	32
Quadro 4 – Respostas delegadas à nona questão.....	33
Quadro 5 – Respostas destinadas à última pergunta.....	34

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CCAE Centro de Ciências Aplicadas e Educação

ENE Espaços Não Escolares

MEC Ministério da Educação

PPC Projeto Pedagógico do Curso

UFPB Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO.....	13
2.1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL DE 1549 A 1985.....	17
3 BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS NO BRASIL.....	22
3.1 FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS/AS PEDAGOGOS/AS: PERCEPÇÕES, AÇÕES E NORMATIVAS.....	23
4 ALTERAÇÃO ACERCA DO CURSO DE PEDAGOGIA DO CCAE.....	29
5 DIÁLOGO FINAL: AS POSSIBILIDADES ESTABELECIDAS PELO CURSO DE PEDAGOGIA DO CAMPUS IV - UFPB.....	36
REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICES.....	40

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma discussão sobre um tema ainda complexo e polêmico nos cursos de Pedagogia da UFPB pois apenas no Campus III, localizado em Bananeiras/PB é possível encontrar uma disciplina que aborda a atuação do(a) pedagogo(a) em Espaços Não Escolares, com uma disciplina de Estágio. Enquanto no Campus IV – Litoral Norte, apenas no currículo que obteve vigência em 2019, houve uma janela aberta para outras possibilidades de atuação do pedagogo(a) com a disciplina Organização e Prática da Ação Educativa em Espaço não Escolares. Através dessa disciplina, que é pioneira em explanar as outras possibilidades de atuação, surgiu o interesse de me aprofundar no assunto por ser viabilidades que eram desconhecidas por mim.

O curso de Pedagogia é buscado por muitos que desejam ser professor/a, mas o que pouco é falado, é que a Pedagogia desde sua epistemologia, não se restringe apenas a educação escolar. Considerada a ciência da educação, pois no curso de Pedagogia, que tem a docência como base, é abordado temas da filosofia, sociologia, psicologia e história.

Na Formação Inicial que se obtém na Universidade, à docência é tida como base e as outras vias de atuação do pedagogo, como por exemplo, em movimentos e projetos sociais, meios de comunicação de massa, empresas, hospitais e no campo judiciário, ficam ocultas. Mesmo sabendo que a Pedagogia engloba vários campos sociais da educação, segundo Libâneo (2001) é preciso uma preparação prévia, sistemática e qualificada.

As correntes transformações ocorridas no mundo do trabalho, apontam novas necessidades formativas para acompanhar a crescente e intensa sociedade da informação e do conhecimento. Com este pensamento, é recorrida a Formação Continuada, que segundo Almeida, et. al. (2021, p.19):

Ajuda o docente a avançar e contribui com aprofundamentos, reavaliações de práticas e perspectivas, reconfiguração de representações e ideias que vão se configurando no tempo por meio de atualização constante de conhecimentos, da reflexão individual e coletiva sobre a própria prática e sobre sua cultura, suas experiências pessoais e profissionais.

Com isso, a percepção de formação dos pedagogos para atuar em espaços não escolares é desenvolvida com o auxílio de projetos de extensão no Campus IV – Litoral Norte. Com oficinas que abordam uma formação continuada, os docentes envolvidos aprimoram seus conhecimentos e lucram com mais habilidades para atuar em espaços que estão além dos muros escolares.

O pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica (Libâneo, 2001, p. 161).

Após ditar quem pode ser chamado de pedagogo, Libâneo (2001) toma a liberdade de falar de três tipos de pedagogos. O primeiro tipo é o pedagogo *lati sensu* que é incluído os professores de todos os níveis de ensino. O segundo tipo é o *stricto sensu* que são aqueles que trabalham com atividades de pesquisa, formação profissional, educação especial, gestão de sistemas escolares e escolas, coordenação pedagógica, formação continuada em empresas, escolas e em outras instituições, ou seja, esse tipo de pedagogo não delimita suas atividades profissionais ao ensino. O terceiro tipo é o de pedagogos ocasionais que dedicam parte de seu tempo em atividades conexas à assimilação e reconstrução em diversidade de saberes (Libâneo, 2001).

O curso de Pedagogia com a docência como base, traz a formação do pedagogo *lato sensu* emergir, mesmo com a percepção que todos os professores são pedagogos porque conduz o alunado pelo caminho do conhecimento. Em outro momento, Libâneo (2001) aponta que o curso de Pedagogia remete a formar pedagogo-especialista, isto é, um profissional que tenha a qualificação para atuar em vários campos educativos, seja ele em um espaço formal, não-formal ou informal.

Com isso, este Trabalho de Conclusão de Curso tem como Objetivo Geral: Analisar quais possibilidades que o curso de Pedagogia trás na formação do(a) pedagogo/a para a atuação em espaço não escolar, pois este recente objeto de pesquisa pode colocar o Projeto Político Pedagógico do curso em debate pelo motivo do formando na Licenciatura em Pedagogia, não necessariamente apenas pode ser professor.

No decorrer da leitura do trabalho será possível entender os Objetivos Específicos, que são eles: Contextualizar a Pedagogia através da história; compreender a concepção do pedagogo referente a atuação em espaços não escolares; entender quais possibilidades que projetos de extensão do curso de Pedagogia oferecem alusivo a atuação em espaços não escolares. O trabalho é estruturado de uma pesquisa de cunho qualitativo, apresenta um estudo de tipo bibliográfico e documental pois para a construção da pesquisa foi preciso buscar artigos que disserta sobre o tema (Formação do Pedagogo para a Educação Não Escolar) e PPCs do Curso de Pedagogia do Campus IV – Litoral Norte.

Uma análise documental para buscar externar a importância de ampliar as possibilidades que o curso de Pedagogia pode vir a oferecer com mais inserção de ENE no currículo. Para Bardin (1977) a análise documental faz-se:

Principalmente por classificação indexação, a análise categorial temática, é entre outras, uma das técnicas da análise de conteúdo. O objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem, o da análise de conteúdo, é a manipulação da mensagem (Bardin, p.46, 1977).

Para Deslandes et al. (1994) a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares pois trabalha com o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações.

A metodologia também se constituiu com estudo de caso com base em um questionário, por meio do Google Forms, que foi enviado aos discentes do curso de Pedagogia do Campus IV – Litoral Norte pelo SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividade Acadêmica) com o interesse de saber quais possibilidades que o curso de Pedagogia do Campus IV da UFPB traz para a formação de pedagogos em espaços não escolares com o auxílio de Projetos de Extensão.

Partindo desse questionamento de pesquisa, somado a um dos objetivos específicos, no primeiro capítulo vamos contextualizar a Pedagogia através da história, com isso, buscamos apresentar um pouco da história da educação e um pouco da história do curso de Pedagogia no Brasil.

No segundo capítulo, procuramos compreender a concepção do pedagogo referente a atuação em espaços não escolares após passar pela formação inicial que acontece na Universidade e uma possível formação continuada que se pode obter através dos projetos de extensão do curso de Pedagogia tende a oferecer alusivo a espaços não escolares.

No capítulo seguinte segue os dados coletados via Google Forms. As informações coletadas foram utilizadas para um diálogo relacionado ao curso de Pedagogia do CCAE e estes dados foram analisados seguindo a teoria de Maria Cecília de Souza Minayo.

No capítulo de número cinco, apresentaremos as considerações finais referente às possibilidades oferecidas pelo curso de Pedagogia do Campus IV aos seus discentes. Após, apresentaremos as referências bibliográficas utilizadas na construção do trabalho e por fim o apêndice, no qual se encontra uma representação do questionário utilizado para a coleta de dados.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO

Neste capítulo queremos falar um pouco da história da Educação desde a pré-história, que fazia o uso da educação difusa na qual o conhecimento era transmitido de forma oral e as crianças aprendiam imitando os adultos, em atividades e rituais. Assim as crianças aprendem “para a vida, e por meio da vida” sem que houvesse alguém destinado para ensinar (Aranha, 2012). Logo eles obtinham o conhecimento de forma espontânea e sem castigo/punição e o ensinamento era universal para todos da tribo e de tempo integral. Ao passar do tempo, foi acontecendo o desenvolvimento das cidades, como diz Aranha (2012, P.28-29):

Há cerca de 5 mil anos teve início o que podemos chamar de civilização nas regiões banhadas por rios. Por isso, os historiadores a conheceram como civilizações fluviais (ou sociedades hidráulicas). [...] Assim surgiram a Mesopotâmia (às margens dos rios Tigre e Eufrates), o Egito (“uma dádiva do Nilo”), a Índia (rios Indo e Ganges) e a China (rios Yangtsé e Hoang-Ho).

Assim, conforme o Estado foi se tornando mais centralizado e poderoso, surgiu a divisão de classes, na qual havia uma pequena minoria de privilegiados que pertencia a administração dos negócios, enquanto a outra grande parte se ocupava com produções agrícolas e obras da época. Com isso, ocorreu a necessidade de obter registros mais precisos e assim nasceu a escrita, mas não como conhecemos hoje, segundo Arruda (2012) inicialmente era uma escrita pictográfica que era representada por figuras, depois veio a escrita ideográfica que representava objetos e ideias, e posteriormente chegou à escrita fonética silábica ou alfabética que utilizava símbolos para representar som.

Diferente das tribos, na Antiguidade Oriental, os saberes eram restritos a determinados grupos como aos mandarins, escribas, magos, e brâmanes, pois eram tratados como algo sagrado a que se tinha muito respeito. Os registros eram feitos em pedras, madeira e em papiros.

Apenas em 1.500 a.C que a escrita começou a se popularizar, mas daí iniciou o dualismo escolar por causa que acontecia uma educação para a classe dominante e outro tipo de educação para o restante da população. Desse jeito o estudo do sagrado e de administração era destinado aos filhos dos nobres e foi assim que apareceu a necessidade de escolas, porque o que se tinha era o “adestramento” para o ofício especializado que era destinado ao povo.

Já a Antiguidade Grega foi dividida em cinco períodos. O primeiro período aconteceu do século XX ao XII a.C. e foi denominado de Civilização Micênica, na qual o povo era conhecido como aqueus. Agamemnon era o governador da Pólis (cidades-estados) chamada Micênica. Uma época pouca conhecida por causa que se tem pouco registro.

Os Tempos Homéricos foi o segundo período, acontecendo do século XII ao VIII a.C. Nesta época predominava a concepção mítica do mundo, ou seja, as ações dos homens eram fortemente influenciadas pelo sobrenatural. A educação da época ocorria de maneira informal através da família e ouvidas em praça pública por contadores ambulantes conhecidos como aedos e rapsodos que cantavam histórias e relatos de guerra em forma de poema na praça pública. O que era visto como uma forma de educar e servia como inspiração para as gerações.

O Período Arcaico foi o terceiro período, acontecendo do século VII ao VI a.C. Marcado pelo milagre grego, isto é, a passagem da concepção mítica para a concepção racional filosófica, dessacralização da escrita, uso de moedas, a formação das cidades-estados (Pólis), surgimento dos primeiros filósofos, a democracia que aconteceu através das primeiras assembleias e discussões acerca de elaborações de leis. Deste modo, a educação começa a se institucionalizar com o objetivo de formar o cidadão da Pólis na qual a virtude para ser um guerreiro belo e bom se transforma em capacidade para discursar e deliberar nas assembleias.

O quarto período é o Período Clássico, que aconteceu do século V ao IV a.C., este é considerado como o apogeu da Civilização Grega por causa do desenvolvimento da Arte, Literatura e Filosofia. Com uma democracia escravista, voltada apenas para os homens livres (10% da população), pois os escravos, mulheres e crianças eram desconsiderados. A Paideia se fortifica apenas para meninos ricos, visavam a formação integral, isto é, o corpo através de exercícios físicos, e do espírito através do preparo para debate intelectual. Esta forma de educar começava pela família, após passava por preceptores e no fim iam para a escola¹.

Aos 7 anos de idade, a criança era levada para uma “extensão” chamada de palestra e sempre era acompanhada pelo paidagogos² que eram escravos da família. Aos 13 anos, eram encaminhados ao ginásio, com 16 anos ia para efebria. Nesta época, existiam professores como mestre de letras gramaticais (leitura e escrita), instrutor físico, mestre de retórica. Aranha (2012, p.55) diz que:

Os métodos usados dificultavam a aprendizagem, em que se acentuava o recurso de silabação, repetição, memorização e declamação. Geralmente as crianças aprendiam de cor os poemas de Homero e de Hesíodo, as fábulas de Esopo e de outros autores. Escreviam em tabuinhas enceradas, e os cálculos eram feitos com o auxílio dos dedos e do ábaco.

¹ Palavra que vem do grego “scholé” com o significado de lugar do ócio, isto é, ter tempo para aprender e refletir.

² Significa “aquele que conduz a criança” (pais,paidós, “criança”; agogós, “que conduz”). Aranha (2012).

Esta educação era destinada apenas para os meninos ricos, enquanto as famílias pobres direcionavam os filhos para a aprendizagem de um ofício. Ainda no Período Clássico surgiu o sofista³, que era o professor de sabedoria e ensinava da persuasão, isto é, o conhecimento através das palavras.

O Período Helenístico foi o quinto, aconteceu do século III ao II a.C. Neste período decorreu uma grande decadência política devido a rivalidade entre as Pólis e por causa das invasões dos macedônios, os romanos e entre outros. Assim, favorecendo a fusão helenística que é a fusão da tradição grega com a oriental.

Na Antiguidade Romana a forma de educar se intitulava de Humanista, isto é, buscavam transmitir conhecimento, ideias e valores que fossem úteis para todos os homens, de todos os lugares e de todos os tempos. Esse meio de educar era pautado em uma cultura humanística, cosmopolita e universal, como dito por Aranha (2012, p.82):

A cultura universalizada pode ser expressa na palavra *Humanitas* — no sentido literal de humanidade e, mais propriamente, de educação, cultura do espírito—, [...], no entanto, por se tratar de uma cultura predominantemente humanística e sobretudo cosmopolita e universal, buscando aquilo que caracteriza o ser humano, em todos os tempos e lugares. Essa concepção, muito valorizada por Cícero, não se restringia ao ideal do sábio, muitas vezes inalcançável, mas se estendia à formação do indivíduo virtuoso, como ser moral, político e literário.

Seguindo assim, a educação da Civilização Grega Romana pôde ser dividida em 3 períodos. Primeiro, educação heroico-patricia, voltada para os aristocratas patrícios que eram os proprietários de terras e/ou guerreiros que tinham como objetivo eternizar os valores da nobreza de sangue e venerar os ancestrais. Usavam a imitação em práticas cotidianas como método para ensinar.

O segundo período foi da educação cosmopolita que com a expansão do comércio, o enriquecimento de plebeus e conquista de territórios, ocasiona o aumento por instruções e assim surgem escolas. Terceiro período, Educação no Império na qual cresceu o número de escolas e bibliotecas municipais, também a profissionalização docente.

Enquanto a Pedagogia, segundo Aranha (2012, p.86), obteve algumas características:

Tal como na sociedade grega, os romanos usavam o braço escravo para os trabalhos manuais, igualmente desvalorizados. Em contrapartida, a aristocracia se dedicava ao “ócio digno”, ocupando-se com atividades

³ Termo que vem do grego *sophos* com o significado de sábio.

intelectuais, políticas e culturais. Por consequência, os educadores orientavam-se pelo modelo adequado à elite dirigente a fim de formar o indivíduo racional, capaz de pensar de modo correto e de se expressar de forma convincente.

Desse modo, eles possuíam postura mais pragmática, voltada para o cotidiano, para a ação política. Recorriam a castigos, imitações e memorização.

Com a queda do império romano no ocidente em 476 d.C. até a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453 d.C., se passou a Idade Média. Período de quase 1.000 anos. Foi dividido em duas partes, sendo a primeira denominada de Alta Idade Média, marcada por invasões de Bárbaros na Europa Ocidental e migrantes para o campo em busca de trabalho e proteção, o que gerou o feudalismo⁴.

Com o aumento do poder da igreja sobre a sociedade, suje as escolas monacais que praticavam o ensinamento do latim, humanidades, filosofia e teologia. Nos mosteiros e apenas a pessoas nobres. A educação se guiava pelo modelo patrística, isto é, a filosofia dos padres na Alta Idade Média, cujo principal representante foi Santo Agostinho. Segundo Aranha (2012, p.102) também houve outra escola:

A escola palatina (assim chamada porque funcionava ao lado do palácio) tornou-se sede de um novo movimento de difusão dos estudos que visava à reestruturação e fundação de escolas monacais, de escolas catedrais (ao lado das igrejas, nas cidades) e de escolas paroquiais, de nível elementar.

E assim foi inserido o modelo *trivium* (três vias: gramática, retórica e dialética), que era a arte do bem falar, e também o modelo *quadrivium* (quatro vias: geometria, aritmética, astronomia e música), que era o dito como o conhecimento da realidade. Neste modo, acontece a formação das Sete Artes Liberais.

Na Baixa Idade Média aconteceu o Renascimento das cidades e do comércio. Conseqüentemente, a produção de excedentes dos burgos. Dessa maneira, sucedeu a classe da burguesia, de modo que também desenvolveu as artes, as culturas, e as ciências. E as escolas seculares emergem para atender essa nova classe, e a igreja perde um pouco da influência sobre a educação, fez com que as escolas se reorganizassem. As primeiras universidades também surgiram, ensinando filosofia, teologia, leis, medicina.

⁴ Nobres que sediam pedaços de terras para que os "cervos" pudessem morar, trabalhar, e ali se desenvolver porém tinham que pagar impostos que muito prejudicava a vida dos camponeses.

Tentando retornar ao poder, a igreja cria a inquisição. Nas unidades escolares, o método que se mantinha era a escolástica que se constituía de literatura, comentário e discussão, neste modo, São Tomás de Aquino foi o representante mais conhecido.

A transição da Idade Média para a Idade Moderna (século XIV – XVIII), apresentou algumas características da educação no renascimento. O Humanismo, o qual valorizava o pensamento próprio humano. O Racionalismo, buscavam o conhecimento através da razão. O Cientificismo, validação do conhecimento baseado na observação, experimentação e matematização, segundo Aranha (2012). O Individualismo que valorizava o ser humano em sua individualidade. O Antropocentrismo, o homem como centro de todas as coisas. O Universalismo, o estudo de várias áreas do saber a busca por um homem conhecedor. O Classicismo, marcou o retorno dos valores da antiguidade clássica greco-romana, fazendo com que o homem renascentista diga que a Idade Média foi um período de retrocesso.

Na Reforma Protestante que aconteceu em meados de 1517, houve alguns questionamentos sobre o poder da igreja, esta demanda chegou com intercessão para a liberdade de ler e interpretar a bíblia, atividades que era restrita apenas ao clero. Assim surgiu a necessidade da Educação Universal e Pública.

Na Contrarreforma (1545) a igreja reage tentando tomar o controle e restabelecer os seus princípios, para isso, utilizar algumas ações, como as diretrizes tomadas no Concílio de Trento que reafirmar a supremacia papal e os princípios de fé, além de estimular a criação de seminários, para formar padres, a Inquisição se torna mais atuante. (Aranha, 2012).

Na educação reformada incluía a utilização de jogos, exercícios físicos, estudos de música, literatura, história e matemática. Enquanto a educação católica tinha por objetivo o fortalecimento da fé, reafirmar os princípios católicos, converter novos fiéis e combater os heréticos. Após a educação católica e a educação reformada, surgiram outros tipos de escolas com educação leiga e secular, na tentativa de cultivar o espírito humanista.

2.1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL DE 1549 A 1985

Neste tópico iremos realizar um breve diálogo sobre a educação no Brasil, que começou no período do Brasil Colônia a história da educação Nacional, em 1549, liderados pelo Padre Manoel de Nóbrega. Segundo Souza e Santos (2019) a Companhia de Jesus foi fundada para contradizer o avanço da Reforma Protestante e por isso foi trazida para o Brasil para desenvolver um trabalho educativo e missionário, com o objetivo de catequizar e instruir os

indígenas a se tornarem mais “dóceis” e com isso ser mais fáceis de serem aproveitados como mão de obra.

Em 1549, chegam com Tomé de Souza quatro padres e dois Irmãos Jesuítas, sob a responsabilidade do padre Manuel de Nóbrega. Eles objetivavam ampliar seu poderio religioso, ameaçado pelo protestantismo iniciado por Martinho Lutero através da educação. No Brasil colônia esta atividade almejava também a dominação ideológica sobre os índios convertendo na fé católica (Melo, 2012, p. 11-12).

A Companhia de Jesus se manteve à frente da educação nacional Brasileira durante 210 (duzentos e dez) anos, com a chegada marcada em 1549. José Sebastião de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal, em 1759, retirou os Jesuítas de todas as colônias portuguesas. Salienta Melo (2012) que até durante esse tempo, os Jesuítas tinham construído no Brasil 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, além de seminários menores e escolas de primeiras letras instaladas em todas as cidades onde havia casas da Companhia de Jesus (Melo, 2012, p. 14).

Por volta de 1808, com a chegada da Família Real no Brasil, o ensino superior obteve uma preocupação específica, pois assim, a classe dominante conseguiria ampliar os seus privilégios, enquanto a classe pobre continuaria menosprezada. Salienta Melo (2012, p.22) que a vinda da Família Real proporcionou:

[...] a criação de Academias Militares; Escolas de Direito e Medicina; da Imprensa Régia (1808) - que possibilitou a divulgação e circulação de informações e ideias, inclusive políticas, entre a população letrada da época; da Biblioteca Real (1810), franqueada ao público em 1814; do Jardim Botânico do Rio (1810) e do Museu Nacional (1818).

Mesmo acontecendo algumas modificações enquanto D. João VI esteve no Brasil, não houve nada com muita relevância que transformasse ou organizasse de forma mais sistemática o ensino das escolas brasileiras. Porém, esse período foi marcado por algumas atividades isoladas como ressalta Melo (2012, 23):

Foram criados os primeiros cursos superiores no Brasil: Cursos de Economia (1808), Matemática Superior (1809), Agricultura (1812), Química (1817), História (1817) e Desenho Técnico (1818). Houve um evidente rompimento com a educação jesuítica, que defendia a retórica. A preocupação central daquele momento era o desenvolvimento de conhecimentos científicos, voltados para as necessidades locais.

Em 7 de setembro de 1822 foi proclamada a Independência do Brasil por D. Pedro I. O período imperial foi dividido em duas partes, o 1º Império foi de 1822 a 1831 presidido por D. Pedro I e o 2º Império foi de 1840 a 1889 presidido por D. Pedro II. A primeira Constituição criada em 1823, incluía a ideia de um “sistema nacional de educação” e prescrevia no Art. 179 “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”. (Melo, 2012, p.31).

Em 15 de outubro de 1827, criou-se a lei que determinava a criação de escolas de primeiras letras por todo o território nacional, estabelecendo currículo e concedendo às meninas o direito de estudar (este foi o único documento geral instituído pelo Estado até o ano de 1946). Foi inaugurado, neste mesmo ano, o Observatório Astronômico no Rio de Janeiro e os cursos de Direito de São Paulo e Olinda; em 1831, a Escola Real das Ciências, Artes e Ofício passou a se chamar Academia Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro.

Melo destaca que na prática, o ensino não foi ofertado para todos porque as vagas nas escolas não aumentaram e também não houve oferta para a preparação de professores entre outros problemas como a falta de material pedagógico didático. O Ato Adicional à Constituição em 1834, transferiu às províncias a responsabilidade do ensino primário e do ensino secundário, mas como não havia professores habilitados para a função, isso provocou a necessidade de criar novas escolas normais.

A Proclamação da República aconteceu em 15 de novembro de 1889, após, sucedeu a Constituição Republicana de 1891 que designava a responsabilidade da educação para os estados, porém

O liberalismo político, econômico e educacional provocou desigualdades acentuadas nos estados, porque dependia do investimento que cada um deles poderia fazer. As escolas mais beneficiadas eram as que se encontravam na região Sudeste, onde havia concentração de capital gerado pelas fazendas de café (Melo, 2012, p. 42).

Em 1930 houve uma Revolução na qual Souza e Santos (2019) acentua que esta criou um entusiasmo ideológico que trabalhou importantes discussões e transformações na área da educação, com aparente importância à educação e ao direito de todos.

Em 1930, foi criado o Ministério de Educação e Saúde, que priorizou o surgimento da universidade brasileira, unificando as faculdades isoladas. Um grupo de 26 educadores e intelectuais da época, participantes do movimento que resultou na posse de Getúlio Vargas, lançou, em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo, contendo ideias inovadoras para o ensino nacional, propondo uma escola obrigatória para todos e desprovida de direcionamento religioso (Melo, 2012, p. 50).

Com a Revolução de 1930, surgiram vários projetos e diálogos e assim deu origem a Constituição de 1934, e que visava organizar o ensino nas escolas brasileiras.

Em 1934, foi promulgada a nossa 3ª Constituição, influenciada pela Constituição Alemã de Weimar (liberal e centralizadora). Ela determinou a extinção do cargo de vice-presidente; ampliou as condições para intervenção nos Estados; previu a nacionalização gradativa dos bancos e indústrias; concedeu o direito de voto às mulheres; introduziu capítulos referentes às diretrizes econômicas e sociais, à educação e à cultura; instituiu a carteira de trabalho e determinou a estabilidade no emprego após dez anos de serviço; definiu a jornada de trabalho diária e semanal, regulamentou o salário mínimo e proibiu o trabalho para menores de 14 anos.

O período de 1937 a 1945 ficou conhecido como Estado Novo e caracterizou-se pelo golpe de estado e instauração da ditadura imposta por Getúlio Vargas. Ele outorgou a nova Constituição Brasileira (1937), elaborada por Francisco Campos e conhecida como “polaca” porque foi baseada na Constituição Polonesa. Ela instituiu o Estado Autoritário, com poder centralizado. Não admitia manifestações contrárias ao Governo. Por esta razão, a imprensa foi censurada e muitas pessoas foram presas durante este regime, entre elas, o líder comunista Luís Carlos Prestes, Monteiro Lobato e Graciliano Ramos (Melo, 2012, p. 47-48).

A Constituição de 1934 proporcionava o ensino primário gratuito e obrigatório, gerou a criação de um Plano Nacional de Educação que supervisionava todos os graus de ensino, com a acessibilidade de admissão nas escolas, enquanto a Constituição de 1937 apoiava as ideias fascistas e ditatoriais.

Em 1946, foi promulgada a nossa 5ª Constituição, com ideias liberais e democráticas. Defendia a educação como direito de todos, condição expressa no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, concedia à União a responsabilidade sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabelecia a obrigatoriedade do ensino primário. O nível médio continuou dual, oferecendo ensino secundário de cunho acadêmico e ensino técnico, com característica utilitária. Ambos voltados para o conhecimento empírico, em detrimento do aprendizado científico (Melo, 2012, p. 63).

Clemente Mariani, Ministro da Educação e Saúde em 1948, direcionou à Câmara o primeiro Projeto de Lei de aprimoramento da educação brasileira, a qual reorganizaria em três jurisdições: ensino primário, ensino médio e ensino superior. Segundo Melo (2012) este projeto ficou em tramitação por 13 anos e vinhedo ser sancionada apenas em 20 de dezembro de 1961.

Em 1961, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 4.024/61 - com ideais de liberdade, nacionalismo, democracia e solidariedade internacional.

Essa Lei facilitou regalias às escolas particulares por omitir a responsabilidade do Estado ao conceder ensino gratuito que estava previsto na Constituição de 1946 (Melo, 2012).

De 1964 a 1985 ocorreu a Ditadura Militar e conforme Melo (2012) o desenvolvimento econômico focou apenas em entradas de empresas internacionais e empréstimos de capital estrangeiras e a educação, restringiu à prática de transmissão de conhecimento pelos docentes carente de objeções políticas, da época.

As leis educacionais geradas neste período também apresentavam estes aspectos. Para atingir objetivos imediatos e garantir a segurança nacional, foram criadas várias leis, entre elas a Lei 4.440/68, que extinguiu a União Nacional dos Estudantes (UNE) e criou o salário educação; a Lei 5.540/68, responsável pela Reforma Universitária; e a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº. 5.692/71. Nesse período houve um aumento nas Universidades do Brasil, porém não conseguiram acolher todos que passaram no vestibular, com isso foi criado o vestibular classificatório que limitava o número de vagas por curso (Melo, 2012, p. 75).

Com o fim da Ditadura Militar, surgiu a Constituição de 1988, a qual é vigente até os dias atuais.

3 BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO/A NO BRASIL

Após explorar um pouco da história da educação desde a pré-história, segue uma discussão sobre a história da formação do professor aqui no Brasil que passou a ter relevância a partir do século XIX, quando se dá a independência política brasileira em relação a Portugal. As primeiras Escolas Normais foram criadas no período da regência (1831-1840) com a missão de preparar profissionais para o magistério. A formação de professores ocorreu pautada pelas Escolas Normais até a década de 1930, quando há um debate sobre a necessidade de que a formação de professores ocorra no espaço das universidades, associando ensino e pesquisa. Nesse período, cria-se, em 1930, o Ministério da Educação e Saúde, o que coloca a educação em lugar de destaque nas preocupações políticas (Barbosa, 2005).

Em 1932, tem-se a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, um documento produzido coletivamente destinado ao povo e ao governo brasileiro é apresentado como “A reconstrução educacional no Brasil”. Esse Manifesto trouxe críticas às reformas anteriores e reflexões sobre qual seria a finalidade da educação, a conduta do estado em relação à educação, dentre outros. O Manifesto anuncia “o conceito moderno de Universidade é o problema universitário no Brasil”, apontando as limitações do ensino superior no Brasil, naquele momento.

Em 1934, é criada a Universidade do Estado de São Paulo (USP), na qual funcionava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e o Instituto de Educação. Com esse Instituto, busca-se romper com a tradicional escola de preparação para o magistério, dando espaço para o estabelecimento de uma nova organização. A formação de professores agora era feita através das Universidades. Há, então, a oferta de cursos cuja duração mínima era de 3 anos (Barbosa, 2005).

Em resumo, a década de 30 pode ser considerada como uma fase de aproximação entre a educação e as questões sociais e políticas. Essa década se finaliza com a criação do curso de Pedagogia, em 1939.

O curso de pedagogia foi regulamentado no Brasil pelo decreto-lei n. 1.190 de 4 de abril de 1939 por organização da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, que na época visava formar bacharéis e licenciados para várias áreas da Ciências Humanas, Sociais, Naturais, Letras, Artes, Matemática, Física e Química. A duração da formação para os bacharéis era de 3 anos, que se adicionado mais um ano de curso de didática formava-se os licenciados (Pinheiro, 2006, p.26).

Segundo Silva (2006), um dos problemas que acompanha a criação do curso foi o da identificação do profissional a ser formado como bacharel, pois faltavam elementos que caracterizavam este profissional e delimitadas o seu campo de atuação (Silva, 2006). Assim, nos anos iniciais da década de 60 houve um questionamento referente a existência do curso de Pedagogia pois havia uma confusão diante da finalidade e do propósito do pedagogo como profissional. A insatisfação dos estudantes com mais outros aspectos da época, sugere a reformulação do currículo do curso de Pedagogia.

No início da década de 1980 acontecem várias reformas curriculares do curso de Pedagogia, com objetivo de formar professores para atuarem na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. Ao longo da trajetória do curso de pedagogia vários documentos norteadores vão sendo elaborados na tentativa de resolução do impasse acerca da identidade e do campo de atuação do pedagogo (Pinheiro, 2020, p.27).

Um marco importante foi a criação do Documento das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia. Com isso, em 2005, houve um esforço para estabelecer uma base comum para a formação de pedagogos, na qual segundo Pinheiro, (2020, p.28) “deverá abranger integralmente à docência, os conhecimentos acerca da gestão e avaliação de sistema e instituições educacionais, a elaboração e acompanhamento de programas educativos”.

Segundo Pinheiro (2020), a década de 1990, no campo da educação, foi marcada principalmente pela elaboração e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de dezembro de 1996. O que ocasionou importantes novidades no campo da educação.

3.1 FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS/AS PEDAGOGOS/AS: PERCEPÇÕES, AÇÕES E NORMATIVAS

Neste tópico iremos discutir a formação inicial que ocorre na Universidade/Instituição, a discussão segue para a formação continuada que sobrevém para um aperfeiçoamento profissional, ou seja, um melhoramento das percepções e ações do educador/ar, que vem a contribuir para atuação do/a pedagogo/a em Espaços Não Escolares, caminhando pelo PCC do curso de Pedagogia do Campus IV – Litoral Norte debatendo as possibilidades de atuação que se atribui a Pedagogia.

Como já dito, a formação inicial é aquela que acontece na Universidade, constituída através do currículo que é concebido pelo Ministério da Educação (MEC). Desse modo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE) do Campus IV da UFPB diz que o curso tem como objetivo geral promover a formação de professores para a Educação Infantil e nos Anos Iniciais do

Ensino Fundamental e em outras áreas nas quais ocorre ação educativa (PPC de 2019). E assim, Competências, Habilidades e Atitudes também são apontadas para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

Para uma formação inicial em curso de licenciatura é esperado uma formação de professor (a), ou ao menos uma contribuição para o desempenho da prática docente, isto é, da licenciatura é esperado um desenvolvimento que permita aos alunos a construção do saber-fazer docente.

O curso de Pedagogia do Campus IV da UFPB que se deu a partir da Resolução N. 70/2006 de 12 de julho de 2006 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão/CONSEPE. Em razão da demanda por professores capacitados a atuar na Educação Infantil, Ensino Fundamental I e na Educação de Jovens e Adultos, se justifica a implantação do curso de Pedagogia, que teve o início das atividades no segundo período do ano letivo de 2006, no município de Mamanguape.

Localizado no Litoral norte do Estado, o Campus IV da UFPB está dividido entre as cidades de Mamanguape e Rio Tinto e atende uma microrregião denominada Vale do Mamanguape, que envolve 11 municípios. O Campus foi criado com o objetivo de contribuir para o crescimento cultural, educacional, econômico e social da região. Nessa perspectiva, fez-se necessária a criação do Curso de Pedagogia, tendo em vista colaborar para a melhoria da educação dos municípios, pois a realidade da Educação Básica dessa região, em particular, e do estado da Paraíba, de modo geral, ainda evidencia um percentual de professores sem a qualificação necessária para atuar no campo da docência. (Faheina e Alves, 2017, p.346).

O curso de Licenciatura em Pedagogia do CCAE tem a finalidade de formar profissionais para a prática da docência, que envolve:

[...] certificar um profissional capaz de investigar, refletir, gerar conhecimento, gerir e ensinar conhecimentos tanto no ensino quanto em ações de gerenciamento e coordenação decorrentes do âmbito escolar como em espaços não escolares (PPC, 2019, p. 05).

Cada discente tem em sua bagagem acadêmica o saber do que é ser um professor, carregada pela experiência de ser aluno(a) e que foi passada por diferentes professores, como diz Pimenta (1999, p.20):

Também sabem sobre o ser professor por meio da experiência socialmente acumulada, as mudanças históricas da profissão, o exercício profissional em diferentes escolas, a não valorização social e financeira dos professores, a dificuldade de estar diante de turmas de crianças e jovens turbulentos, em

espaços precários.

Deste modo também fica fácil decifrar os estereótipos que a sociedade emprega com relação aos professores, mesmo assim, muitos dos discentes de Licenciatura não se reconhecer como futuros professores (as) por causa de seu olhar de aluno com relação à escola e os seus professores, e assim, vão encontrando obstáculos para se enxergar como futuro docentes. Segundo Pimenta (1999) “O desafio, posto aos cursos de formação inicial é o de colaborar no processo de passagem dos alunos de seu *ver o professor como aluno* ao seu *ver se como professor*. Isto é, de construir a sua identidade de professor”.

A formação inicial deve trazer a prática como referência, com isso, os futuros professores conseguirão mais conhecimentos sobre a educação e a pedagogia, pois segundo Freire (1996), “ensinar não é apenas transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

Segundo Pimenta (1999) a formação envolve um duplo processo: a autoformação do professor e a formação que acontece nas instituições escolares onde o pedagogo atua. Dessa forma, a autoformação ressignifica os conhecimentos que serão absorvidos juntos com a experiência nos espaços escolares. Com isso é importante produzir a escola como espaço de trabalho e formação e para isto, deve ser incluída práticas curriculares participativas que possibilitem a composição de redes de formação contínua, na qual o primeiro nível está a formação inicial (Pimenta, 1999).

Selma Garrido (1999, p. 29) diz que “pensar sua formação, significa pensá-la como um *continuum* de formação inicial”, ou seja, formação continuada. A formação continuada de professores(as) é um direito previsto pela Lei nº 9393, de 1996. A meta 16 da Lei nº 13005/14 do Plano Nacional de Educação (PNE), visa garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. Do ponto de vista político, a meta de 16 do PNE, apresenta de forma objetivos eixos fundamentais que colaboram com o aperfeiçoamento profissional (Araújo, Silva e Silva, 2019).

A expressão “formação continuada” só vem ser conhecida no Brasil a partir da segunda metade dos anos 1980, antes disso, segundo Pereira (2010), apresentava-se expressões como formação inicial ou pré-serviços e continuada ou em serviço, o que intitulava os processos formativos vivenciados pelos alunos de licenciatura. Mas isso não representava a realidade brasileira por causa que na época, uma grande parte dos ingressantes nos cursos de formação já tinha experiência no campo do magistério.

A formação inicial oferece poucas oportunidades para a construção de saberes relacionados à prática, e considerando basicamente os estágios, o que ocorre são simulações educativas, sendo reais ou imaginários (Araújo et al., 2019) por isso, segundo Scheibe (2010) é importante buscar a formação continuada com base em cursos rápidos que promova uma melhor e permanente reflexão do educador (a), com isso, a escola se constitui ao lado das instituições formadoras de professores em ambientes formativos que necessita de ações, programas e articulações à carreira docente.

A formação permanente deve, então, considerar a realidade escolar, preparar os professores para agirem com autonomia em busca do seu desenvolvimento profissional, modificando suas práticas. Ressaltamos que essa autonomia não depende apenas dos profissionais de educação, mas do sistema como um todo que nem sempre permite inovações significativas (Araújo, Silva e Silva, p.28, 2019).

Seguindo isto, a composição de um professor (a), envolve currículo, autonomia, ensino e recursos pessoais e materiais, entre outros. E assim a ideia é que o docente obtenha conhecimentos através de suas próprias práticas.

As condições propícias aos professores (as) como o baixo salário, falta de materiais e recursos pedagógicos, faz com que aconteça um desencorajamento para a formação e atuação nessa profissão. A educação como emancipadora para com a desigualdade social se faz necessário ações institucionais que garanta um trabalho mais coerente (Araújo et al., 2019) com isso a formação continuada auxilia o professor a avançar em sua autonomia e independência que levará a ser o autor de suas aulas.

A percepção da formação do pedagogo constituída após uma formação inicial e a formação continuada para atuar em espaços não escolares, tendo à docência como a base do curso de Pedagogia, esta forma de trabalho que se dá em outras áreas, nos quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos acontece de forma artificial e incerto.

As diretrizes evidenciam a existência de espaços de inserção profissional do pedagogo além dos espaços escolares e ainda recomendam que o curso propicie conhecimento sobre o espaço não escolar (Lucindo; Ribeiro, 2019, p.108).

Assim recomenda as diretrizes, “o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a [...] trabalhar, em espaços escolares e não escolares” (Brasil, 2006, p.11). Deste modo pode se observar uma flexibilidade desta legislação pois permite ao discente a atuação em mais de uma etapa de ensino e sugere também novos espaços para a atuação do pedagogo que pode ir além

da escola.

Segundo Lucindo e Ribeiro (2019) no ano de 1992, no VI Encontro Nacional da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), José Carlos Libâneo, sugeriu que as Faculdades de Educação deveriam oferecer dois cursos distintos: o de Pedagogia e o de Licenciatura porque, para ele, o curso de Licenciatura seria apenas para a formação do professor dos anos iniciais e que não deve substituir o curso de Pedagogia.

A pedagogia é o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação - do ato educativo, da prática educativa como componente integrante da atividade humana, como da vida social, inerente ao conjunto dos processos sociais (Libâneo, 2001, p.156).

Desta forma não se deve restringir a educação ao ensino escolar e nem a pedagogia a técnicas de ensino. Se há uma diversidade de práticas educativas há também várias pedagogias. Segundo Cruz (2011, p.201), “Ser pedagogo requer fazer Pedagogia, ou seja, teorizar sobre a educação, projetar, implementar, acompanhar e avaliar processos educativos em diferentes contextos”, com isso faz sentido requisitar os estudos sobre a amplitude da Pedagogia como campo de conhecimento e formação profissional.

O curso de Pedagogia tem como *priori* a formação de professores e este fato, ofusca as outras dimensões que a Pedagogia já comporta, historicamente. Os currículos do curso estão centrados quase que propriamente na formação de professores para o exercício do magistério escolar (Severo, 2017), mesmo que declare a intenção de abranger o eixo formativo para outros espaços que também necessitem de conhecimentos pedagógicos.

Libâneo (2001) aponta que ainda temos um curso de Pedagogia distante de atender às exigências da sociedade globalizada e pedagógica e suas demandas por amplos campos de atuação do pedagogo. Pois aludir que o pedagogo é um profissional que pode atuar em ambientes não escolares, o curso de Pedagogia não oferece um currículo adequado com meios concretos para a formação de um pedagogo capaz de atuar em ambientes que estejam além dos muros escolares, dessa forma, é imprescindível a necessidade de formar também o profissional reflexivo, capaz de realizar as melhores escolhas em relação aos processos educativos, sua sistemática e procedimentos, onde quer que eles se encontrem (Lucindo, Ribeiro, 2019).

É necessária uma reorganização do currículo para que seja incluído na formação, o campo de trabalho dos pedagogos na ENE. Nada muito brusco, mas que insira um eixo com saberes teórico-práticos específicos. Uma teorização da educação com sentido mais amplo que não seja voltada apenas para o âmbito escolar.

Ao longo desses 19 anos de existência do curso de Pedagogia do Campus IV, se teve vigente três PPC's (Projeto Pedagógico do Curso), sendo eles o de 2006, 2011 e 2019. Ao ler o de 2006 é possível perceber a falta de Componentes Curriculares que apresenta ao pedagogo(a) em formação, a possibilidade de atuar em espaços não escolares, seguindo apenas com o foco na docência. Segundo Faheina e Alves (2017), já havia uma discussão para construção de um novo Projeto Pedagógico do Curso como forma de atualização do PPC que estava em vigor desde 2006, nesse “novo” PPC que ainda não havia sido aprovado, menciona-se a tentativa da inclusão do pedagogo em ambientes que estão além dos muros escolares, em outro momento do texto afirmam:

Outra mudança significativa incorporada à nova proposta curricular de curso é a inclusão da disciplina Pesquisa e estágio em espaço não escolares, componente obrigatório do 9º período, que aparece aliada a outras disciplinas optativas, como Pedagogia Empresarial, Pedagogia Hospitalar, Educação em espaço não escolar, Atividades educativas no espaço prisional entre outras. A presença desses componentes, recurso de Pedagogia poderá aproximar os estudantes das reflexões pedagógicas tecidas em torno do objeto “não escolar” e propiciar intervenções qualificadas em espaços que extrapolam o âmbito escolar (Faheina; Alves, 2017, p.350).

Porém, alguma mudança relativa ao pedagogo em formação para a atuar em espaços não escolares só foi possível ser vista no PCC que entrou em vigor no ano de 2019 com uma disciplina denominada Organização e prática da ação educativa em espaços não escolares ofertada no 8º período. E foi, justamente essa disciplina que despertou meu interesse pelo assunto, uma dimensão substancial que ajusta o foco formativo, responderia melhor a perspectivas de pessoas que ingressam no curso de Pedagogia com o desejo de atuar em segmentos da profissão pedagógica distintos do que o pedagogo exerce mais nas instituições de educação formal (Severo, 2017).

4 ALTERCAÇÃO ACERCA DO CURSO DE PEDAGOGIA DO CCAE

Esta pesquisa teve como instrumento para a coleta de dados a serem analisados, um questionário, que após eu construir e ser analisado pela professora Sabrina (Orientadora), o mesmo foi enviado na data de 05 de novembro de 2024, por Sabrina aos grupos de Projeto de Extensão via WhatsApp. Nesse momento, obtivemos 4 (quatro) respostas. A estas pessoas que se voluntariaram a responder, por motivo de sigilo, irei usar a primeira letra do nome e sobrenome para a denominação, assim ficará: NS, MSC, VR, MEV.

Após passar 20 (vinte) dias do envio pela professora Sabrina. Em 25 de novembro de 2024, pedimos a coordenação do curso para fazer o envio, o qual foi feito o envio pelo sistema, via e-mail, a todos os alunos do curso de Pedagogia e após isso, obtivemos a soma de 0 (zero) respostas ao total e logo continuamos com apenas as 4 (quatro) respostas de anteriormente.

Com isso, ao esperar passar 15 (quinze) dias, tentamos novamente e desta vez, o questionário foi encaminhado para o grupo de WhatsApp nominado de *Pedagogia (GERAL)*, após conseguirmos a soma de 4 (quatro) respondentes a quais, por motivo de sigilo, irei usar a primeira letra do nome e sobrenome para a denominação, assim ficará: SS, MER, BS, APS.

Em 23 (vinte e três) de janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), o questionário foi enviado mais uma vez pela professora Sabrina aos grupos de WhatsApp, com isso conseguimos que mais duas respondentes a quais se voluntariou a nossa pesquisa, as quais por motivo de sigilo, também irei usar a primeira letra do nome e sobrenome para a denominação, assim ficará: MMS, LMB. Dessa forma, seguimos a pesquisa com o total de 10 (dez) respondentes.

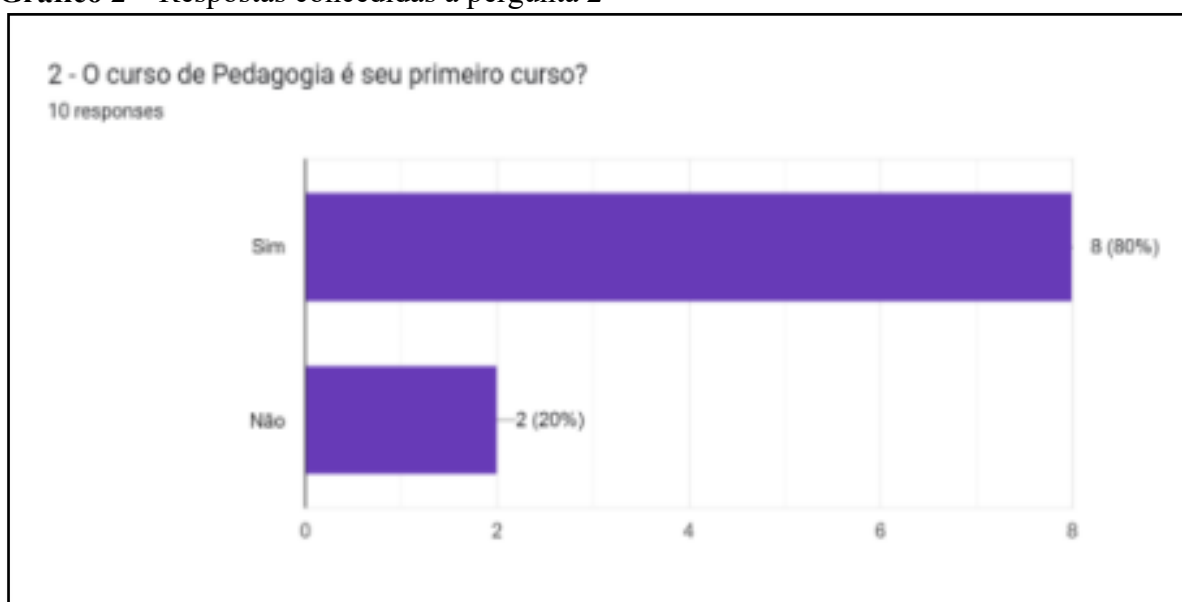
O questionário foi constituído por 10 (dez) perguntas, sendo duas com resposta optativa para o sim ou não via Google Forms. A primeira pergunta foi: *Qual o período de Pedagogia você está cursando?* A esta pergunta conseguimos montar um gráfico com os 100% das respostas, segue-o abaixo:

Gráfico 1 – Respostas atribuídas à pergunta 1

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

Organizando os dados, é possível ver 20% das respondentes são 2º período mais 20% estão no 5º período, 10% são do 6º período, mais 10% são do 7º período, mais 30% estão cursando o 8º período e o restante 10% das respostas corresponde as respondentes que está cursando o 9º período.

Seguindo para a segunda pergunta que foi: *O curso de pedagogia é o seu primeiro curso?* A resposta foi optativa para sim ou não. Para pergunta 80% das respostas foi para o SIM e apenas duas respostas NÃO, como veremos no gráfico a seguir:

Gráfico 2 – Respostas concedidas à pergunta 2

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

Assim, já respondendo a terceira pergunta: *Qual outro você já cursou?* Como apenas as respondentes NS e LMS responderam que o curso de Pedagogia não é o primeiro curso, a resposta de ambas foi enfermagem e LMS também, respondeu que fez mais o curso de Serviço Social.

A pergunta 1, 2, e 3 foram feitas com a finalidade de saber o nível dos quais os respondentes estão no curso e assim idealizar se é possível que os voluntários a responder o questionário, tem a concepção da atuação do pedagogo(a) em ENE.

Seguindo para quarta pergunta que foi: *Está envolvido em algum projeto de extensão na universidade? Se sim, qual é o nome do projeto? Bolsista ou voluntário?*

Quadro 1 – Respostas atribuídas à quarta questão

Respondente:	Resposta:
NS	GEPEA - Grupo de pesquisa antirracismo como voluntário
MSC	pibid como bolsista.
LMB	Brincar e Aprender com bolsista

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

Para esta pergunta apenas a respondente LMB demos nós uma resposta favorável pois nenhuma das outras respondentes teve envolvimento que teve envolvimento com Projeto de Extensão.

Seguindo para a quinta, sexta e sétima pergunta:

Quadro 2 – Perguntas de nº 5, 6 e 7

5 - *O que fez você desejar participar desse projeto de extensão?*

6 - *Em sua percepção, como a participação nesse projeto de extensão irá contribuir para o seu desenvolvimento acadêmico e profissional?*

7 - *Descreva o projeto de extensão em que você está envolvido, incluindo seus objetivos e atividades principais*

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

Com as respostas da quarta questão, é notável que apenas as respostas concedidas por LMB foram favoráveis:

Quadro 3 – Respostas referentes a questões 5, 6 e 7

Questão 5:	<i>Ter experiência e participar da criação desse espaço.</i>
Questão 6:	<i>Irá contribuir de forma significativa para o meu crescimento pessoal e profissional.</i>
Questão 7:	<i>O projeto de extensão Brincar e aprender: construindo um espaço interativo para os/as filhos/as das discentes do campus IV- UFPB. O objetivo é construir um espaço público para acolhimento, onde os professores/as e estudantes do curso de licenciaturas do campus IV (pedagogia e Letras) possam realizar práticas interdisciplinares e dedicar-se à exploração da criação e testes de jogos, brinquedos, e brincadeiras com base no processo de letramento embasado em perspectivas de cunho literário, tendo como foco o desenvolvimento infantil.</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

As perguntas 4, 5, 6 e 7 foram constituídas para buscar participantes de Projeto de Extensão que corrobora a finalidade de nossa pesquisa e assim analisar se os Projetos de Extensão ampliam as possibilidades que o curso de Pedagogia do Campus – IV tende a oferecer.

Para começarmos a dialogar sobre a atuação do pedagogo em Espaços Não Escolares (ENE), a oitava pergunta foi: *Você tem o conhecimento da atuação de pedagogos em outros ambientes sem ser o escolar?* As respostas seguem no próximo gráfico:

Gráfico 3 – Respostas conferidas à pergunta 8



Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

A nona pergunta foi: Onde ou em qual espaço? Esta pergunta não muito bem formulada, logo as respostas não ficaram claro se sabiam que o pedagogo pode atuar nesses espaços ou se realmente conhecem pessoas nesses espaços. Mesmo assim, das 10 (dez) respondentes, 7 (sete) responderam:

Quadro 4 – Respostas delegadas à nona questão

RESPONDENTES:	RESPOSTAS:
NS	Pedagogo jurídico e pedagogo hospitalar.
SS	Hospital, marinha...
VR	Pedagogia hospitalar
BS	Em hospital da minha cidade
APS	Clínicas que atendem crianças com transtornos intelectuais, direcionando ao processo de aprendizagem
MMS	Hospitais e fóruns
LMB	Espaço interativo, secretaria de educação, entre outros.
MRV	Nenhum

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

Ao analisarmos o quadro acima, é possível compreender que 3 (três) das respondentes, conhecem pedagogos que atuam na ENE. Ao seguimos para a última questão: *Qual a sua opinião referente ao curso de Pedagogia do Campus IV/UFPB quando o assunto é a atuação de pedagogos em espaços não escolares?* Em especial, a esta pergunta, todas responderam favoravelmente:

Quadro 5 – Respostas destinadas à última pergunta

NS	Acho que tem sido pouco explorado essa demanda.
SS	O curso de pedagogia sempre traz e enfatiza o ser professor, o que corresponde somente a sala de aula. Onde na maioria das vezes por alguns professores não é enfatizado outra área de domínio da pedagogia e a sua ação.
MSC	O curso de Pedagogia é muito amplo e nos proporciona também atuar em outras áreas, como por exemplo a área da saúde e a área empresarial, por isso, o curso é tão importante.
MEV	Prefiro que seja em espaço escolares, com experiências e aprendizagem.
VR	Tanto a coordenação quanto os professores e demais envolvidos enfatizam esse quesito.
MER	Uma ótima opção, pois nem todos desejam atuar em sala de aula.
BS	Acredito que a pedagogia em si não deve ser praticada só no campo educacional, mas também em outras áreas. Acho que assim podemos atuar em outras áreas e vivenciar novas experiências, assim aprendendo e vivenciando coisas além do campo educacional, claro não deixando de colocar em prática nossa profissão de atuação que é ensinar e a também aprender.
APS	Acredito que é abordado de uma boa forma e bem esclarecedora, só achei pouco tempo para falar sobre um campo tão vasto e importante como esse.
MMS	Escasso
LMB	É muito bom esse conhecimento, pois nós pedagogos em formação precisávamos de saber a diversidade da profissão.

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

Ao refletir sobre as respostas designadas à décima questão é possível compreender que o curso de Pedagogia do Campus IV consiste na docência, entendemos que está a base do curso,

porém como realça a respondente MSC: “O curso de Pedagogia é muito amplo e nos proporciona também atuar em outras áreas, como por exemplo a área da saúde e a área empresarial, por isso, o curso é tão importante” enquanto a MMS responde que o curso não responde com estas possibilidades e responde: “Escasso” e NS diz “Acho que tem sido pouco explorado essa demanda”.

No próximo capítulo vamos dialogar mais sobre as respostas atribuídas à última questão e concluiremos nossa reflexão diante das possibilidades que o curso de Pedagogia do Campus IV oferece aos seus discentes.

5 DIÁLOGO FINAL: AS POSSIBILIDADES ESTABELECIDAS PELO CURSO DE PEDAGOGIA DO CAMPUS IV – UFPB

A presente pesquisa analisou as possibilidades que o curso de Pedagogia do Campus IV da UFPB oferece para a formação do pedagogo em Espaços Não Escolares (ENE). Ao concluir este percurso acadêmico, é possível sistematizar as principais constatações divididas pelos eixos de investigação que nortearam este trabalho.

A contextualização histórica permitiu compreender que a educação, em sua gênese na Pré-História e na Antiguidade, era essencialmente difusa e não escolarizada. O achado principal deste capítulo foi perceber que a "escola" como espaço centralizador do saber é uma construção social posterior. Contudo, essa construção tornou-se tão forte que acabou por ofuscar a natureza múltipla da Pedagogia. Ao analisar a história da educação no Brasil, ficou evidente que a herança jesuítica e as reformas subsequentes focaram massivamente na formação para o ensino (docência), criando uma barreira cultural que ainda hoje dificulta a visualização do pedagogo em outros setores da sociedade.

No capítulo três, ao discutir a formação inicial e continuada à luz de Libâneo, o estudo revelou uma dicotomia. Embora a literatura e as normativas mais recentes reconheçam o pedagogo como um especialista em processos educativos em diversos campos (*lato sensu* e *stricto sensu*), a prática formativa ainda privilegia o "pedagogo-docente". O achado fundamental aqui foi a importância da Formação Continuada e dos projetos de extensão; eles não são apenas complementos, mas sim os principais meios de sobrevivência da identidade do pedagogo não escolar dentro da universidade, suprimindo as lacunas deixadas por uma formação inicial que ainda é majoritariamente escolarizada.

A análise documental e a aplicação do questionário realizados no TCC trouxeram os dados mais latentes da pesquisa. O achado mais crítico foi o diagnóstico de que a temática de Espaços Não Escolares surge de forma "tardia" na grade curricular (apenas no 8º período). Isso provoca uma visão limitada nos discentes durante quase toda a graduação. A pesquisa de campo, mesmo com uma amostra de 10 respondentes, revelou uma concordância clara: os alunos desejam que o leque de possibilidades de atuação seja exposto desde os primeiros períodos. Ficou demonstrado que o Campus IV deu um passo importante com o currículo de 2019, mas ainda carece de uma integração maior entre as disciplinas de base e a prática em ambientes não escolares.

Em suma, o trabalho do pedagogo em espaços não escolares é uma realidade crescente, mas que ainda luta por reconhecimento dentro da própria academia. O curso de Pedagogia do

Campus IV possui as ferramentas necessárias para ampliar esse horizonte, mas precisa democratizar o acesso a esse conhecimento precocemente.

Como recomendações, este estudo sugere:

1. A antecipação de debates sobre ENE para os períodos iniciais;
2. O fortalecimento dos projetos de extensão como campos de estágio não obrigatório;
3. Uma maior integração entre os campus da UFPB para o compartilhar de experiências sobre estágios em espaços não escolares.

Conclui-se que o pedagogo é, por definição, um educador social. Limitar sua atuação à sala de aula é restringir o potencial da Ciência da Educação. Espera-se que esta monografia contribua para o debate contínuo sobre o Projeto Político Pedagógico do curso e inspire novos discentes a explorarem as ricas possibilidades que a Pedagogia oferece além dos muros escolares.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. A. *et al.* **Práticas pedagógicas na educação básica do Brasil: o que evidenciam as pesquisas em educação.** UNESCO, 2021.
- ARANHA, M. L. A. **História da educação e da pedagogia:** geral e Brasil. São Paulo: Moderna, 2012.
- ARAÚJO, R. M. B.; SILVA, M. D.; SILVA, M. C. A formação continuada de professores da educação básica: concepções e desafios na perspectiva dos docentes. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 17–38, set./dez. 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 maio 2006. Seção 1, p. 11. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf.
- CRUZ, G. B. **Curso de pedagogia no Brasil:** história e formação com pedagogos primordiais. Rio de Janeiro: Wak, 2011.
- DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- FAHEINA, E. F. A.; ALVES, F. T. O. O curso de Pedagogia do vale Mamanguape no contexto das atuais diretrizes curriculares nacionais. **Revista Espaço do Currículo** (online), João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 344–355, maio/ago. 2017.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- JUNIOR, E. B.; OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, A. C. O.; SCHNEKENBERG, G. F. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 44, p. 36–51, 2021.
- LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 153–176, 2001.
- LUCINDO, N. I.; RIBEIRO, M. V. G. Formação do pedagogo para atuar em espaços não escolares: percepções e perspectivas do estudante de pedagogia. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 105–131, set./dez. 2019.
- MELO, J. M. S. **História da educação no Brasil.** 2. ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.
- PEREIRA, J. E. D. Formação continuada de professores. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente.** Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

PIMENTA, S. G. **Formação de professores: identidade e saberes da docência**. São Paulo: Cortez, 1999.

PINHEIRO, R. A. **Atuação dos pedagogos em espaços não formais da educação**. Monografia. Rio de Janeiro, 2001.

SCHEIBE, L. Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo plano nacional de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 981–1000, jul./set. 2010.

SEVERO, J. L. R. L. Sobre pedagogia e pedagogos em espaços não escolares: apontamentos desde uma síntese de investigação empírica. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 987–995, jul./set. 2017.

SOUZA, J. C. S.; SANTOS, M. C. Contexto histórico da educação brasileira. **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 12, 25 jun. 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/12/contexto-historico-da-educacao-brasileira>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Campus IV. Resolução nº 14/2019.

APÊNDICE

A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA A ATUAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES

Olá, caro colaborador.

Este formulário tem o objetivo de propor uma análise do Trabalho de Conclusão de Curso, este Questionário tem a finalidade de coletar a percepção de estudantes do curso de pedagogia para com a atuação profissional em espaços não formais da educação.

Caso sinta vontade de colaborar no questionário, você automaticamente estará concordando com que os dados coletados sejam usados no âmbito da pesquisa que culminará na produção do Trabalho de Conclusão de Curso de Maria de Fátima da Silva que está sob a orientação da Professora Dr. Sabrina Grisi de Alencar.

Desse modo, deixo claro que sua participação é de modo voluntário e sua identidade será mantida em sigilo.

OBRIGADA!

Nome *

1 - Qual período de Pedagogia você está cursando?

2 - O curso de Pedagogia é seu primeiro curso? *

Sim

Não

3 - Qual outro você já cursou?

4 - Está envolvido em algum projeto de extensão na universidade? Se sim, qual é o nome do projeto? Bolsista ou voluntário? *

5 - O que fez você desejar participar desse projeto de extensão? *

6 - Em sua percepção, como a participação nesse projeto de extensão irá contribuir para o seu desenvolvimento acadêmico e profissional? *

7 - Descreva o projeto de extensão em que você está envolvido, incluindo seus objetivos e atividades principais. *

8 - Você tem o conhecimento da atuação de pedagogos em outros ambientes sem ser o escolar? *

Sim

Não

9 - Onde ou em qual espaço?

10 - Qual a sua opinião referente ao curso de Pedagogia do Campus IV/UFPB quando o assunto é a atuação de pedagogos em espaços não escolares? *